

Sumário

Prefácio	XI
1 Introdução	1
2 Justiça restaurativa: princípios fundamentais para um reconhecimento teórico	7
2.1 Antecedentes à Justiça Restaurativa e política criminal	7
2.2 Delimitações conceituais sobre Justiça Restaurativa: princípios e fins	15
2.3 Atores e implicações das práticas restaurativas no processo penal	22
2.4 Operacionalização das práticas restaurativas: círculos; conferências e grupos familiares.....	28
2.5 Processo penal, justiça retributiva e prática restaurativa: rivalidades e aproximações	30
2.6 Críticas à recepção da Justiça Restaurativa no Brasil	37
3 Sistema de justiça criminal e Lei Maria da Penha	41
3.1 Apontamentos gerais acerca da Lei Maria da Penha	41
3.2 Processo Penal e Ação Penal Pública no âmbito da Lei Maria da Penha: indisponibilidade de se negociar ação penal com violência doméstica	49
3.3 Autonomia da vontade, vulnerabilidade e paternalismo	53
3.4 Tendências de uma política criminal: feminismos criminológicos e expansão penal no contexto da Lei Maria da Penha	56
3.5 Violência doméstica, Poder Judiciário e Justiça Restaurativa: uma relação instável	61

4 Justiça restaurativa no juizado de violência doméstica de Maceió/AL	69
4.1 Percurso metodológico	69
4.2 O 4º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar de Maceió/AL: breve história, competência e programas institucionais ligados à violência doméstica	72
4.3 Justiça restaurativa em Alagoas: resoluções institucionais e ausência de legislação específica	76
4.4 A voz dos atores envolvidos para compreender o programa restaurativo em Alagoas no 4º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: entrevistas e os discursos	80
4.5 Alguns indicadores críticos necessários a um reconhecimento teórico ligado à justiça restaurativa em Maceió/AL	98
5 Conclusão	107
Referências	113